

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

**AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Em 31 de dezembro de 2017

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Conselheiros e Administradores da

AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo

São Paulo, SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo (“Associação”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos contidos na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AMEO - Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), combinadas com os aspectos contábeis contidos na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião com ressalva

Ajuste para redução ao valor de recuperação

Conforme descrito na nota explicativa nº 6, a **Associação** possui o saldo de R\$ 183.060 a receber referente ao convênio firmado com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Em 22 de março de 2017, a **Associação** firmou instrumento particular de transação com a Irmandade Santa Casa, onde concede um desconto financeiro de 50% equivalente a R\$ 120.878, para que seja efetuado o pagamento em uma única parcela das notas fiscais em aberto até 31 de dezembro de 2016. O desconto financeiro não foi reconhecido no resultado do exercício, bem como, não foi constituída uma estimativa para redução ao valor provável de recuperação. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estavam a maior naquele valor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Associação**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório datado em 13 de novembro de 2020, contendo a mesma ressalva, descritas neste relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **Associação** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Associação** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Associação** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Associação** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Associação**.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Associação**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Associação** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 13 de novembro de 2020.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>		<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	661.306	1.180.605	Fornecedores		4.390	3.523
Contas a receber	6	183.060	241.757	Subvenções a realizar	8	60.261	310.521
Outros créditos		1.681	2.317	Obrigações trabalhistas	9	40.645	67.600
Despesas do exercício seguinte		2.455	4.336	Obrigações tributárias		218	1.885
		848.502	1.429.015	Outros passivos	10	10.082	166.732
						115.596	550.261
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	7	13.062	15.235	Patrimônio Social	12	745.968	893.989
		13.062	15.235			745.968	893.989
Total do Ativo		861.564	1.444.250	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		861.564	1.444.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas operacionais			
Com Restrição			
Capacitar para curar		250.260	182.328
Trabalho voluntariado		94.486	106.675
Sem Restrição			
Receita de prestação de serviços		113.565	156.915
Créditos nota fiscal paulista		83.858	6.783
Contribuições e doações		211.801	108.830
Contribuições e doações - Casa de Apoio		44.694	55.172
Total de receitas operacionais	13	798.664	616.703
Custos e despesas operacionais			
(-) Custos operacionais			
. Capacitar para curar		(250.260)	(182.320)
. Trabalho voluntariado		(94.486)	(106.675)
. Custos assistência social matriz		(90.996)	(123.189)
. Custos assistência social casa do apoio		(200.760)	(151.617)
Custos operacionais	14	(636.502)	(563.801)
(-) Despesas operacionais			
. Despesas administrativas	15	(344.928)	(362.970)
. Despesas tributárias		(18.874)	(62.721)
Despesas operacionais		(363.802)	(425.691)
Total de custos e despesas operacionais		(1.000.304)	(989.492)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		58.403	142.217
Despesas financeiras		(4.784)	(6.275)
	16	53.619	135.942
Déficit do exercício		(148.021)	(236.847)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Déficit do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.208.927	(78.091)	1.130.836
Incorporação ao patrimônio social	(78.091)	78.091	-
Déficit do exercício	-	(236.847)	(236.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.130.836</u>	<u>(236.847)</u>	<u>893.989</u>
Incorporação ao patrimônio social	(236.847)	236.847	-
Déficit do exercício	-	(148.021)	(148.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>893.989</u>	<u>(148.021)</u>	<u>745.968</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(148.021)	(236.847)
Itens que não afetam o caixa:		
(+) Depreciação e amortização	4.691	4.458
(+) Valor residual de bens baixados	(2.518)	828
	(145.848)	(231.561)
(Aumento)/redução nos ativos em		
Contas a receber	58.697	(78.866)
Outros créditos	636	361
Despesas do exercício seguinte	1.881	(903)
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores	867	1.736
Subvenções a realizar	(250.260)	(182.327)
Obrigações tributárias	(26.955)	15.263
Obrigações trabalhistas	(1.667)	(948)
Outros passivos	(156.650)	(23.365)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	(373.451)	(269.049)
(Decréscimo) / Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	<u>(519.299)</u>	<u>(500.610)</u>
No início do exercício	1.180.605	1.681.215
No final do exercício	661.306	1.180.605
(Decréscimo) / Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	<u>(519.299)</u>	<u>(500.610)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMEO - ASSOCIAÇÃO DA MEDULA ÓSSEA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em Reais)

1. Informações gerais

A AMEO – Associação da Medula Óssea do Estado de São Paulo ("**AMEO**"), constituída em 10 de junho de 2003 sob a forma de **Associação**, é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede na Rua Dona Veridiana, nº 410 - sala 32 – Vila Buarque – São Paulo – SP; certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por Despacho do Secretário Nacional de Justiça, publicado no DOU de 17 de agosto de 2005, mantendo até a presente data a qualificação de OSCIP. A AMEO tem como finalidade promover gratuitamente a saúde, consoante inciso IV do artigo 3º da Lei nº 9.790/99, especialmente quanto ao incentivo e divulgação da doação voluntária da medula óssea como gesto espontâneo de responsabilidade social e, neste sentido:

- a) Planejar, organizar, implementar e divulgar campanhas educativas sobre doação de medula óssea em empresas públicas e privadas, sindicatos, escolas, universidades e em qualquer organização da sociedade civil, visando, criar a consciência do humanitarismo e da responsabilidade social do ato;
- b) Estimular o poder público municipal, estadual a investir, permanentemente em programas de comunicação social que visem incentivar a população a se cadastrar como doadora de medula óssea;
- c) Manter intercâmbio com os hemocentros e associações de doadores de medula óssea de outras cidades, estados e países;
- d) Estimular os doadores e pacientes de outras regiões do Brasil a organizarem-se em associações similares a esta;
- e) Promover a melhoria da assistência, conhecimento e acompanhamento dos pacientes que buscam diagnósticos, tratamento e recuperação das doenças hematológicas;
- f) Organizar a coleta e o processamento das doações de medula óssea no Hemocentro da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo ou colaborar no encaminhamento para outros locais no caso de ausência desta;
- g) Pleitear junto aos órgãos provimento do material necessário à realização dos exames de histocompatibilidade, para garantir o aproveitamento de todas as amostras coletadas;
- h) Manter intercâmbio com o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME), no intuito de agilizar o registro dos doadores voluntários e dos pacientes;
- i) Auxiliar o programa de transplante de medula óssea por meio da efetiva sincronização entre hemocentros, laboratórios de histocompatibilidade, registro de doadores e centros de transplantes.

1.1 Desenvolvimento das atividades

Em função da situação econômica / financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, a qual a **Associação** recebe, por meio de convênio, uma parcela significativa de sua receita, a Administração da **Associação** vem trabalhando no plano de ação que mitigue o risco de continuidade operacional, caso haja um cancelamento do referido “Convênio”, ou até mesmo, não recebimento dos repasses em longa data.

Esse cenário nos fez revisar toda nossa estrutura de despesas, o que nos levou a acelerar um profundo corte de gastos, revisão de processos e reestruturações internas. Além disso a Administração da **Associação** vem buscando novas captações de recursos através do:

- **PRONON**: inscrição de novos projetos que permitam a captação de recursos através de doações que o doador irá deduzir os valores de seu imposto de renda;
- **Nota Fiscal Paulista**: Os primeiros valores foram recebidos no exercício de 2016. A captação e digitação de notas fiscais irá permanecer para os próximos exercícios. O valor revertido para a instituição é de até 20% do ICMS pago, além dos sorteios que correspondem a 1 bilhete a cada R\$100,00 em notas inseridas no sistema.

Acreditamos que as ações em curso aumentarão o grau de sustentabilidade econômica, e viabilizarão a melhoria do retorno sobre o capital, por meio das economias obtidas nas revisões de processos e da sinergia resultante da integração das áreas.

A crise pela qual a Santa Casa e o Brasil passam, podem sim impactar em diminuição temporária do número de pacientes atendido, a quantidade de cestas básicas distribuídas, e outros benefícios, mas a **AMEO** está tomando todas as atitudes para manter os benéficos mais fundamentais operando.

A **Associação** continuará mantendo altos padrões de governança corporativa, compromisso com a ética, alto padrão de qualidade de seus serviços e processos, com o objetivo de fortalecer sempre mais a parceria com nossos pacientes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidades sem Finalidade de Lucros”, ambas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais levam em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a **Associação** atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da **Associação**, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

d) Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

e) Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 19 de setembro de 2019.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

i. Ativos financeiros não derivativos

A **Associação** reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a **Associação** se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A **Associação** tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a **Associação** gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da **Associação**. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações dos projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a **Associação** se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A **Associação** baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A **Associação** tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outros passivos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

ii. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de hedge.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários mantidos em conta corrente e aplicação financeira. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo no decurso normal das atividades da **Associação**. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, conforme regime de competência na data do balanço. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, se necessária.

c) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo foram incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando necessário.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Móveis e utensílios 10 anos
- Máquinas e equipamentos 10 anos
- Benfeitoria em imóveis de terceiros 5 anos
- Equipamentos de computação 5 anos

d) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

e) Subvenções a realizar

As subvenções a realizar são valores obtidos por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON). São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor do projeto correspondente.

f) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a **Associação** tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da **Associação**, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, sendo empregado integralmente nos objetivos sociais da **Associação** conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

h) Apuração do déficit / superávit

De acordo com o parágrafo 15 da Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit ou parte dele que tenha alguma restrição em sua destinação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

No caso da **Associação**, o déficit será integralmente incorporado ao Patrimônio social após a aprovação da Assembleia Geral dos Associados.

i) Receitas

As receitas da **Associação** são provenientes, substancialmente, de doações de pessoas físicas e jurídica e do Convênio nº 01/2008 mantido com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

j) Despesas

As despesas da **Associação** são comprovadas por meio de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros em aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

l) Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

m) Arrendamentos mercantis (financeiro e operacional)

A **Associação** não possui operações de arrendamento mercantil financeiro. Os arrendamentos se referem à imóveis destinados para a realização de suas operações e foram classificados como arrendamento operacional, sendo os correspondentes valores reconhecidos no resultado.

n) Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio social que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o déficit do exercício é igual ao resultado abrangente.

o) Imunidade e isenção tributária

A **Associação** goza de imunidade de Imposto de Renda (IRPJ), isenção da Contribuição Social sobre o superávit e COFINS sobre a receita por se tratar de Entidade sem fins lucrativos.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A **Associação** está exposta aos seguintes riscos financeiros: riscos de crédito e de liquidez.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados, o que é de baixo risco pois os principais recursos da **Associação** provêm de doações e do convênio. O risco de crédito é reduzido também em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras de primeira linha

(b) Risco de liquidez

É o risco de a **Associação** não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A **Associação** realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar os riscos de liquidez. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da **Associação** ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa		
Fundo fixo de caixa	428	2.360
	428	2.360
Banco conta movimento		
Banco Itaú S/A - c/c 41133-1	10	10
Banco Itaú S/A - c/c 53136-9	10	10
Banco do Brasil S/A - C/C 9695	-	156.000
Banco Santander S/A	-	10
	20	156.030
Aplicações financeiras		
Banco Santander S/A - CDB/RDB	386.158	591.851
Banco do Brasil C/ 109811X - Capacitar p/ curar	130.063	-
Aplicação Renda Fixa Itaú - CDB-CDI	100.000	-
Banco Itaú S/A - c/c 41133-1 Auto +	40.796	35.653
Banco Itaú S/A - c/c 53136-9	3.738	4.032
Banco Santander S/A - Santander FIC FI	103	526
Banco do Brasil S/A - C/C 9694	-	390.153
	660.858	1.022.215
	661.306	1.180.605

Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras incluem rendimentos auferidos *pró-rata temporis* até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado ou de realização, não havendo prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, representados por:

Certificados de Depósitos Bancários - CDB's

Aplicações realizadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) junto a instituições financeiras de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais de variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

Fundos de renda fixa

Recursos aplicados em fundos de investimentos financeiros lastreados em títulos de renda fixa.

As aplicações financeiras são remuneradas às taxas que variam entre 95% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário.

6 Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Clientes a receber - Convênios	183.060	241.757
	<u>183.060</u>	<u>241.757</u>

Convênios

A AMEO em 19 de dezembro de 2008 firmou convênio com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, com vigência inicial de dois anos, sendo prorrogado por prazo indeterminado se nenhuma das partes solicitar sua rescisão. O presente convênio tem por objeto a parceria da "Irmandade" com a AMEO para a terceirização da captação de doadores, digitação e disponibilização dos dados obtidos no cadastramento de doadores de medula óssea no formato disponibilizado pela Irmandade. A captação de doadores é realizada de acordo com as diretrizes das portarias MS nº 1.313 e 1.314 de 20 de novembro de 2000. O faturamento da AMEO para a Irmandade ocorre de acordo com a quantidade de doadores cadastros.

Em 22 de março de 2017, a **Associação** firmou instrumento particular de transação com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, onde a AMEO concede um desconto financeiro de 50% equivalente a R\$ 120.878,66, para que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo efetue o pagamento em uma única parcela das notas fiscais em aberto até 31 de dezembro de 2016. Devido a emissão de todas as obrigações acessórias, as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2016 e 2017 não foram ajustadas, ocorrendo o reconhecimento do desconto financeiro nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

Ônus reais/garantias prestadas

A **Associação** não possuía quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos correspondentes valores em aberto.

7 Imobilizado

	% Depreciação		
	ao ano	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imobilizado			
Máquinas e equipamentos	10%	1.816	1.816
Móveis e utensílios	10%	17.865	18.199
Equipamentos de computação	20%	13.778	15.623
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	20.593	20.594
		<u>54.052</u>	<u>56.232</u>
(-) Depreciação acumulada		(40.990)	(40.997)
		<u>13.062</u>	<u>15.235</u>

O ativo imobilizado é representado pelos bens destinados à manutenção das atividades da **Associação** e estão registrados ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota nº 3d.

A movimentação ocorrida no exercício está a seguir demonstrada:

	Saldo 31/12/16	Adições	Baixas	Saldo 31/12/17
<u>Custo Total</u>				
Máquinas e equipamentos	1.816	-	-	1.816
Móveis e utensílios	18.199	3.539	(3.872)	17.866
Equipamentos de computação	15.623	-	(1.845)	13.778
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20.594	-	(2)	20.592
	56.232	3.539	(5.719)	54.052
<u>Depreciação acumulada</u>				
Máquinas e equipamentos	(1.637)	(179)	-	(1.816)
Móveis e utensílios	(8.168)	(2.096)	3.881	(6.383)
Equipamentos de computação	(10.599)	(2.416)	817	(12.198)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(20.593)	-	-	(20.593)
	(40.997)	(4.691)	4.698	(40.990)
Saldo líquido	15.235	(1.152)	(1.021)	13.062

As adições à depreciação acumulada foram registradas integralmente no resultado, na conta "Despesas gerais e administrativas".

Bens oferecidos em garantia

A **Associação** não possui bens oferecidos em garantia ou quaisquer ônus/restrições à plena utilização dos bens do ativo imobilizado.

8 Subvenções a realizar

	2017	2016
Subvenções a realizar	60.261	310.521
	60.261	310.521

Com a publicação da Portaria nº 1.550, de 29 de julho de 2014, definindo os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), a **Associação**, através da inscrição SIPAR nº 25000.159.952/2014-73, inscreveu o projeto "Capacitar para Curar", com o objetivo de criação de um portal de informações multimídia sobre cuidados pré e pós transplante para pacientes de transplante de medula óssea e também com o objetivo realizar capacitação de profissionais de Casas de Apoio para uso do material.

O projeto Capacitar para Curar – Formação para profissionais, cuidadores e pacientes de Transplante de Medula Óssea foi aprovado e autorizado para captar recursos por meio da Portaria de Autorização nº 1.078 de 26 de novembro de 2014, no montante total captado de R\$ 522.969. O valor foi totalmente captado no final de dezembro de 2014, sendo registrado como subvenções a realizar. O projeto foi realizado no período entre 15 de dezembro de 2015 a 06 de novembro de 2018.

9 Obrigações trabalhistas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão de férias e encargos sociais	22.297	36.823
Salários a pagar	8.522	16.845
INSS a recolher	5.956	9.104
FGTS a recolher	1.966	2.986
IRRF s/ folha de pagamento	1.581	1.350
PIS s/ folha de pagamento	323	492
	<u>40.645</u>	<u>67.600</u>

Os saldos se referem, principalmente, a folha de pagamento, provisão de férias e aos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento apurados no mês de dezembro 2017.

10 Outros passivos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aluguel a pagar	4.586	3.353
Serviços a pagar	4.534	6.259
Outras contas a pagar	410	581
Seguros a pagar	552	539
Receitas a devolver - Projeto Casa de Apoio	-	156.000
	<u>10.082</u>	<u>166.732</u>

Receitas a devolver – Projeto Casa de Apoio

Assim como o projeto Capacitar para Curar, a **Associação** também inscreveu no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), o Projeto Casa de Apoio da AMEO - Casinha, que foi aprovado pela Portaria de Autorização nº 1.065, de 21 de novembro de 2014. No entanto, o projeto não atingiu o valor total a ser capitado e por essa razão, o projeto não terá continuidade e os valores recebidos até dezembro de 2014 foram devolvidos no decorrer do exercício de 2017.

11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A **Associação** no exercício de 2017 não possui passivos contingentes e ativos contingentes em andamento com probabilidade de perda provável.

12 Patrimônio Líquido

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Patrimônio social	745.968	893.989
	<u>745.968</u>	<u>893.989</u>

Patrimônio Social

No estatuto social consta que o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

Com base na Lei 9.718/98, as Entidades sem fins lucrativos para se manterem imunes do pagamento de Imposto de Renda e isentas da Contribuição Social devem destinar integralmente seus superávits à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Déficit do exercício

O déficit do exercício do exercício de 2017 no montante de R\$ 148.021 ((R\$ 236.847) em 2016) é incorporado à conta patrimônio social no patrimônio líquido, após a aprovação da Assembleia Geral dos Associados.

13 Receita Líquida de serviços

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de prestação de serviços		
Prestação de serviços	129.937	179.537
(-) Deduções de receitas de serviços	(16.372)	(22.622)
	113.565	156.915
Cotribuições e doações		
.Doações pessoas físicas - sem restrição	54.573	38.384
.Doações pessoas jurídicas - sem restrição	97.270	60.000
.Outras receitas	59.958	10.446
	211.801	108.830
Cotribuições e doações Casa de Apoio		
.Doações pessoas físicas - sem restrição	5.475	14.792
.Doações pessoas jurídicas - sem restrição	21.000	17.630
.Venda de produtos bazar	12.345	16.534
.Festa junina	5.874	6.216
	44.694	55.172
Demais receitas		
Capacitar para Curar - Ministério da Saúde	250.260	182.328
Créditos nota fiscal paulista	83.858	6.783
Trabalho voluntariado	94.486	106.675
	428.604	295.786
	798.664	616.703

Trabalho voluntário

Baseado na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo seu valor justo correspondente ao valor da prestação de serviços como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

O custo do trabalho voluntário considerou os períodos disponibilizados pelos membros do Conselho Consultivo, Conselho Fiscal e Diretoria à **AMEO**

Desta forma, baseado em valores de remuneração de mercado, foram reconhecidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os montantes de **R\$ 94.486** e **R\$ 106.675**, respectivamente. A contrapartida foi registrada em "Custos operacionais".

14 Custos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custos com assistência social Matriz		
Aluguel e condomínio	(33.708)	(28.110)
Bazar	(23.651)	-
Serviços de terceiros - PJ	(14.922)	(67.964)
Material auxiliar de consumo	(7.013)	(3.383)
Viagens e estadias	(2.042)	(2.169)
Telefone / Internet	(2.037)	(4.024)
Serviços de terceiros - PF	(88)	(495)
Campanhas	-	(12.144)
Outros	(31.187)	(4.901)
	<u>(114.648)</u>	<u>(123.190)</u>
Custos com assistência social Casa de Apoio		
Salários, benefícios e encargos sociais	(118.795)	(93.019)
Aluguel e condomínio	(24.946)	(23.902)
Manutenção e reparos	(4.309)	(407)
Telefone / Internet	(3.465)	(3.620)
Serviços de terceiros - PJ	(1.900)	(9.997)
Condução	(1.706)	(2.100)
Outros	(21.987)	(18.571)
	<u>(177.108)</u>	<u>(151.616)</u>
Capacitar para Curar		
Serviços de terceiros - PJ	(129.842)	(26.108)
Salários, benefícios e encargos sociais	(57.623)	(114.207)
Material auxiliar de consumo	(25.474)	-
Viagens e estadias	(26.525)	-
INSS - Terceiros	(1.977)	(3.717)
Serviços de terceiros - PF	-	(35.100)
Outros	(8.819)	(3.188)
	<u>(250.260)</u>	<u>(182.320)</u>
Trabalho voluntariado	<u>(94.486)</u>	<u>(106.675)</u>
	<u>(636.502)</u>	<u>(563.801)</u>

15 Despesas Administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários	(147.508)	(160.207)
INSS - Empresa	(37.497)	(41.466)
Assistência Médica	(24.447)	(22.116)
Férias	(15.652)	(20.644)
13º salário	(15.777)	(18.877)
PAT - Trabalhador	(14.512)	(18.265)
FGTS	(13.872)	(16.092)
INSS - Terceiros	(10.356)	(11.453)
Outras Despesas	(65.307)	(53.850)
	<u>(344.928)</u>	<u>(362.970)</u>

16 Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	58.112	142.217
Outras	291	-
	<u>58.403</u>	<u>142.217</u>
Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	(4.662)	(5.604)
Outras	(122)	(671)
	<u>(4.784)</u>	<u>(6.275)</u>
	<u>53.619</u>	<u>135.942</u>

17 Renúncia fiscal

Em atendimento a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a **Associação** apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurado nos exercícios de 2017 e de 2016 caso a obrigação legal devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da **Associação** não ter obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR em função de sua natureza ser de Entidade sem fins lucrativos.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
COFINS sobre receita	44.987	26.837
	<u>44.987</u>	<u>26.837</u>

A **Associação** não realizou estimativa da renúncia do Pis, pois entende-se que a legislação da Entidade sem fins lucrativos é bastante clara quanto a tributação com base na folha de pagamento à alíquota de 1%, portanto já devidamente registrado e pago mensalmente.

Com relação à COFINS, por estar a **Associação** qualificada como OSCIP, sua tributação é apurada no regime não cumulativo, portanto a alíquota de 7,60% assim procedido em 2017 e 2016.

O IRPJ e a CSLL no ano-calendário de 2017 e de 2016 devido ao déficit apurado não foi realizada a estimativa da renúncia fiscal de IRPJ e CSLL.

18 Cobertura de seguros

A **Associação** contrata seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância, o valor e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, cujos montantes contratados são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

* * * *